

O MODELO DE ROSTOW E O DE LEWIS - REFLEXÕES SOBRE UMA ABORDAGEM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

*Delia Beatriz Espina*¹

*Maria Carolina A. F. de Souza*²

*Marili Arruda Mariotoni*³

INTRODUÇÃO

O modelo de Rostow e o de Lewis enquadram-se no que pode ser classificado de uma visão alternativa à perspectiva das chamadas análises marxistas no que se refere à questão do desenvolvimento econômico.

Rostow declara explicitamente tal posição: "julguei insatisfatória a solução de Marx para a questão do encadeamento do comportamento econômico e não-econômico – bem como as soluções de outros que nela se engajaram – embora não me sentisse, então, preparado para oferecer uma alternativa." (Rostow, 1971, p.9).

O modelo de Rostow pretende chegar a ser uma teoria geral do desenvolvimento econômico. O modelo de Lewis, na medida em que propõe soluções específicas do problema do crescimento, representa

1 Professora Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FCECA/PUCCAMP). Doutora em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

2 Professora Assistente Doutora IE/UNICAMP

3 Mestranda em Planejamento Energético FEC/UNICAMP

uma tentativa de instrumentalização do modelo de Rostow. Em seu arcabouço, os instrumentos de política econômica ocupam destacado espaço enquanto facilitadores do desenvolvimento econômico. Entender o processo de desenvolvimento, para Lewis, significa compreender "o processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais que 4 ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% da renda nacional, ou mais."(Lewis,1969, p.422).

Tem-se então presente que ambos os autores enquadram-se em uma linha de pensamento econômico e vêem o desenvolvimento econômico de uma mesma perspectiva mecanicista, entendendo-o como um processo eminentemente técnico; como a constituição de uma sociedade industrial onde o progresso tecnológico contínuo está assegurado (Oliveira,1977) e o desenvolvimento concretizado "pela superação de uma série de fases, como numa carreira de obstáculos."(Furtado,1977, p.140).

Nota-se porém, que as proposições de cada um dos autores têm diferente amplitude teórica. Rostow declara explicitamente que pretende propor uma teoria geral do desenvolvimento: "Este livro apresenta uma generalização da marcha da História moderna feita por um historiador da economia. A forma de tal generalização é um conjunto de etapas de desenvolvimento."(Rostow,1971, p.13). Os objetivos e a amplitude do modelo de Lewis são mais delimitados: "Nossa finalidade não é superar a economia neoclássica, mas, simplesmente, elaborar um esquema diferente para aqueles países que não podem ser encaixados dentro das hipóteses neoclássicas (nem keynesianas)"(Lewis,1969, p.422).Tal ressalva, se de um lado o isenta de possíveis críticas por não levar em conta variáveis que

efetivamente não inclui em sua análise, por outro, não garante que o modelo se torne mais adequado para explicar, ou, mais que isso, garantir, com sua aplicação, que determinada sociedade possa passar de uma estrutura tradicional para um estágio de maturidade industrial de forma automática.

O modelo de Lewis ao admitir que a condição de oferta ilimitada de mão-de-obra sempre pode ser obedecida, também pretende, assim como o de Rostow, uma generalização de suas conclusões. Nesse aspecto é suposto que o investimento é automático, desde que haja mão-de-obra disponível a salário de subsistência, o que se configura como uma abordagem por demais simples da questão do investimento e das variáveis que o determinam.

Apesar dos pontos em comum dos dois modelos, convém especificar as particularidades da metodologia de cada um dos autores. Essas particularidades são impostas pela natureza de suas proposições. As duas abordagens são, no entanto, descritivas e mecanicistas, não levando em conta diferenças históricas de fundamental importância para que se entenda o porquê dos diferentes padrões de processos de desenvolvimento econômico das sociedades capitalistas.

A base de análise é genérica. A denominação de "sociedade tradicional", engloba sociedades tão distintas quanto as feudais e coloniais, por exemplo, sem considerar que os reflexos sobre as etapas de desenvolvimento posterior serão díspares. Isso conduz a conclusões por demais genéricas. O alcance dessas conclusões é limitado; o referencial analítico não concede o devido espaço às determinações mais gerais do processo de desenvolvimento capitalista e às características específicas de cada situação e de cada momento histórico.

O MODELO DE ROSTOW

Na apresentação de seu modelo, Rostow afirma centrar sua análise em "certos fatores particulares da realidade" que parecem ser constantes na história do mundo moderno desde, aproximadamente, 1700 (Rostow, 1971, p.14). A partir da suposta constância histórica "dessas particularidades", o autor conduz sua análise à compreensão generalizada da história que evoluiria linearmente, por etapas, desde a sociedade tradicional, até a era do consumo em massa ou "estado de bem-estar".

A sociedade tradicional é apresentada como sendo aquela cuja estrutura se expande diante de funções de produção limitadas. Os aumentos de produtividade na medida em que dependem, nessa sociedade, de pequenas modificações das técnicas existentes, estariam limitados pela impossibilidade de alcançar avanços tecnológicos significativos. Nesse contexto, pode-se deduzir que o crescimento da renda estaria ligado exclusivamente à produção fundiária, ficando "concentrado" em mãos de uma minoria com acesso à propriedade da terra. Essa é, contudo, uma simples "dedução", dada a inexistência, no modelo de Rostow, de uma definição clara do que seja uma "sociedade tradicional". Essa indefinição é o resultado de um tipo de análise que parte da descrição de "etapas de desenvolvimento econômico", sem ter, no mínimo, a preocupação de definir o modo de produção em que cada etapa é inserida e as implicações daí advindas.

O conceito de modo de produção caracterizou, nas décadas de 60 e 70, uma forte corrente de pensamento marxista. De uma perspectiva histórica, a partir da realidade atual, as restrições analíticas derivadas da aplicação desse conceito talvez possam (e devam) ser revistas.

No entanto, a despeito da estreiteza conceitual de todos os modelos de desenvolvimento, ao menos o conceito de "modo de produção" teve a virtude de evitar abstrações e generalizações irrealistas. Recorrer a esse tipo de generalização permite, como na análise de Rostow, a passagem automática para todas as sociedades, de uma etapa de desenvolvimento a outra superior, dentro de uma visão evolutiva mecanicista.

Na lógica do autor, dados os limites internos das estruturas, as modificações só seriam possíveis, se introduzidas de fora. Isso permitiria superar as restrições internas, criando-se as pré-condições, para o arranco. Assim, a superação da etapa "tradicional" seria possibilitada pela introdução da ciência nos processos produtivos, o que ocasionaria uma modificação nas funções de produção até então vigentes. Tais condições surgem, pela primeira vez, de forma bem acentuada, na Europa ocidental, no fim do século XVII e início do XVIII. A Grã Bretanha, dadas suas especificidades, é a primeira a desenvolvê-las.

Despontam, nessa fase, algumas mudanças que, todavia, convivem com os valores da sociedade tradicional. Tecnologicamente, transcende-se as idéias da sociedade tradicional, logrando que se aplique à produção a ciência moderna. O poder político, por sua vez, vai, lentamente, sendo transferido das mãos dos proprietários de terra para as mãos de uma burguesia incipiente que encontra sustentação política no Estado nacional.

Paralelamente e, em decorrência, configura-se o surgimento de um novo homem de empresa. O traço mais marcante, porém, aparece no âmbito político. A formação de um Estado nacional centralizado vai garantir e chancelar as necessárias condições, que surgem e se consolidam no bojo da expansão dos mercados mundiais e do

acirramento da concorrência. Garante-se, dessa forma, a ampliação da agricultura e da indústria, condição essencial para o arranco.

A fase seguinte - o arranco - que conduz à sociedade de consumo em massa é decisiva. A sociedade passa por mudanças de caráter qualitativo. Nessa etapa, há elementos exógenos à economia que podem produzir esse tipo de mudança. O desenvolvimento deixa de ser linear para ser geométrico, como resultado dos efeitos de distintos fatores acumulados na etapa anterior. As características mais evidentes são a acumulação de capital social fixo, a evolução tecnológica da indústria e da agricultura, a expansão de novas indústrias com um alto crescimento das inversões, e, acima de tudo, a ascensão ao poder de uma elite interessada no desenvolvimento industrial, até porque sua renda passa a ser delimitada por esse processo.

O arranco para o desenvolvimento pressupõe que a sociedade já tenha passado pelo processo de acumulação primitiva do capital, e que este já esteja concentrado nas mãos de uma determinada classe social. O autor não faz referência a tal processo. No escopo de sua análise não interessa investigar como surge essa "elite". Importa, apenas, que ela exista, garantindo a continuidade "automática" do desenvolvimento. Essa fase envolve a automatização do processo de crescimento. É possível, por exemplo, que a taxa real de investimento e poupança possa passar de 5% da renda nacional para 10% ou mais, pressupondo que já haja um setor destinado a produzir bens para acumulação. Paralelamente, verifica-se uma transferência do poder político para a classe empresarial.

A difusão da automatização para todos os setores produtivos conduz ao caminho para a maturidade. Nessa fase a tecnologia difunde-se para a agricultura e para o setor de serviços. Consolidam-se as

condições para o desenvolvimento de indústrias como a química, a petroquímica e as voltadas para a produção de bens de consumo duráveis. Nessa etapa a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente alavancaram o arranco. Ademais, torna-se apta a absorver e aplicar, ampla e eficazmente, os frutos da tecnologia (então) moderna. Isto é, demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida (Rostow, 1971, p.22-23).

Finalmente, o processo de desenvolvimento econômico atinge a fase de consumo em massa. A população, enquanto consumidora, ultrapassa as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário, devido ao aumento da renda "per capita". Com o aumento do consumo, abrem-se possibilidades para o desenvolvimento do setor de serviços e dos setores de artigos de consumo durável. Essa etapa, corresponderia ao estágio do "estado do bem-estar", ao qual, pretensamente, todos teriam garantido o acesso. Consta-se, no entanto, que os benefícios desse estágio são acessíveis apenas a uma parcela da sociedade.

Pode-se argumentar que as desigualdades são inerentes a essa proposta de desenvolvimento econômico, visto que assume a existência de uma determinada classe social na qual se concentra a renda. É essa classe - e só ela - que irá aplicar a renda, primordialmente, em atividades produtivas. As questões relativas à constituição dessa classe e às implicações que isso acarreta à sociedade como um todo não são consideradas. De qualquer forma, a "grande acumulação de riqueza que então tem lugar, abre aos países opções importantes. Com efeito: a riqueza pode ser utilizada tanto como base de uma política de poder e influência externa, como para edificação de um Estado-providência, ou ainda para financiar

uma rápida expansão do consumo em grande escala" (Furtado, 1977, p.142).

A respeito da análise de Rostow, vale assinalar o comentário de Furtado (1977, p.143): "Às etapas de Rostow não se pode emprestar mais que um alcance descritivo, porquanto a sua base analítica é precária. Pretende ele que esse esquema faseológico 'tem raízes num certo número de proposições dinâmicas sobre a oferta, a procura e a forma de produção', isto é, 'numa teoria dinâmica da produção'. Seria essa, entretanto, uma teoria demasiadamente simples que se limita a constatar que existe uma senda ótima para o desenvolvimento da produção, determinada pelo progresso técnico e as elasticidades da procura. Em torno dessa senda ideal, cada sociedade edificaria a história de seu próprio desenvolvimento. Demais, essa teoria da produção não nos explica a passagem das formas de produção tradicionais às formas industriais".

O MODELO DE LEWIS

O modelo de Lewis *vis-à-vis* o modelo de Rostow é mais específico. Construído sobre algumas hipóteses, pretende oferecer instrumentos que possam auxiliar, inclusive, na resolução dos problemas das economias atrasadas. Contudo, tal modelo é limitado pelas hipóteses nas quais está apoiado: oferta ilimitada da mão-de-obra ao nível de subsistência, com produtividade marginal nula ou negativa. Vale dizer, a escassez de mão-de-obra não impor limites ao crescimento. Os possíveis estrangulamentos seriam os recursos naturais e o capital. Como superá-los?

No desenvolvimento da análise, Lewis divide a economia em dois setores: o capitalista e o de subsistência. Sua atenção, porém, está centrada no setor capitalista em expansão, aceitando a hipótese de

maximização de lucros. Tal setor é definido como a parte da economia que utiliza capital reproduzível e que retribui aos capitalistas pelo uso deste. Como no caso do modelo de Rostow, a questão de como surge o setor capitalista, não é analisada. Assume, o autor, que há um setor capitalista já definido, o que é suficiente para o propósito do modelo. O ponto mais vulnerável da análise reside, contudo, nos argumentos utilizados para explicar a expansão do setor capitalista e a conseqüente absorção, nesse processo de crescimento econômico, do setor de subsistência.

Segundo Lewis, o fator determinante do processo de crescimento econômico é o reinvestimento do excedente capitalista. Parte da hipótese de que esse excedente é sempre direcionado para o setor produtivo. Como conseqüência, na medida em que o excedente é reinvestido, desencadeia a formação de "novo capital", criando as bases para a expansão do setor capitalista. Essa ampliação tende a gerar novos empregos no setor capitalista. Isso permite absorver o excedente de mão-de-obra do setor de subsistência. Esse processo conduz a um maior excedente, que por sua vez será novamente reinvestido. O processo se reproduz enquanto houver excedente de mão-de-obra no setor de subsistência. Sua automática absorção pelo setor capitalista estaria garantida em uma marcha que conduz, necessariamente, ao desenvolvimento completo e integrado do sistema. O reinvestimento do excedente, produz o aumento da proporção dos lucros na renda nacional, e com isso o aumento da poupança e do investimento.

Nesse contexto, a pobreza decorreria da reduzida dimensão do setor capitalista. Com a ampliação deste, o problema da pobreza desapareceria, uma vez que o modelo supõe a difusão automática dos benefícios do crescimento do setor capitalista. Parafraseando o

autor: " uma vez tendo surgido o setor capitalista é só uma questão de tempo para que ele atinja uma dimensão considerável" (Lewis, 1969, p.426).

Outro ponto a ser ressaltado é que o processo desencadeador do desenvolvimento depende, exclusivamente, da poupança dos 10% da população que possuem as rendas mais elevadas. Qualquer consideração sobre a distribuição tem que levar em conta esse fato. Vale dizer, nessa argumentação é absolutamente normal que essa parcela da população seja realmente privilegiada. Afinal, é ela quem irá conduzir o processo de reinvestimento produtivo do excedente.

A linha de pensamento de Lewis assemelha-se à de Rostow no que diz respeito à necessidade de surgimento de uma "nova elite" (nova liderança) na passagem da sociedade tradicional à maturidade industrial. A essa elite deve ser garantida plena liberdade, único caminho possível para construir a sociedade industrial moderna. Os membros dessa elite devem encarar a modernização como tarefa possível (Lewis, 1969, p.41).

Lewis alerta para o fato de que não basta uma desigualdade da renda para assegurar um alto nível de poupança. De fato, essa desigualdade é maior nos países subdesenvolvidos. Então por que isso não garante a superação de tal estágio? É notório, segundo o autor, que nesses países a renda da terra é maior do que nas economias avançadas. Ocorre que os proprietários de terra são mais propensos ao consumo supérfluo em detrimento do investimento produtivo. Nesse caso, a renda não se traduz em investimento. A desigualdade de renda que favorece a formação do capital é somente aquela que acompanha os lucros. Como cita Rostow, referindo-se à Adam Smith, "... a renda excedente obtida da propriedade territorial, deve, de algum modo, ser transferida das mãos dos que a

esbanjariam numa vida pródiga para as mãos produtivas que a investirão no setor moderno, e, a seguir, metodicamente, reinvestirão seus lucros à medida que aumentarem a produção e a produtividade" (Rostow, 1971, p.39).

Deve-se considerar, ainda, a influência de outros fatores sobre o maior ou menor ritmo desse investimento produtivo, tais como a relação progresso técnico/produzividade e a atuação das instituições financeiras. Países que apresentam rápido crescimento técnico contam com formas mais rentáveis para o investimento que os tecnologicamente estagnados. Por outro lado, é relevante a presença de instituições financeiras sobre o investimento, quando se considera que a formação de capital pode ser financiada não só pelos lucros obtidos, mas, também, pela expansão do crédito bancário. Alia-se a isso, o fato de que tais instituições estão mais desenvolvidas em alguns países do que em outros, o que vai influenciar o seu ritmo de investimento. A forma de atuação e de intervenção do Estado na economia também tem peso fundamental.

Esse leque de considerações está delimitado pela hipótese fundamental - a existência de oferta ilimitada de mão-de-obra. Em conseqüência, sua validade formal poderia estar comprometida. Em determinado momento, poderia não mais haver um excedente de mão-de-obra, o que, fatalmente, levaria a um estrangulamento do processo de crescimento do setor capitalista. Essa barreira metodológica, no entanto, pode ser ultrapassada. Considerando-se a economia mundial, pode-se argumentar que de uma maneira ou de outra, sempre poderá haver disponibilidade de mão-de-obra a salários próximos do nível de subsistência (o atual debate sobre o *dumping* social é significativo a esse respeito). Isto, por sua vez, permitiria a continuidade do processo e a validade do modelo.

Por extensão, o esquema dual - setor capitalista/setor de subsistência é válido para a economia como um todo. O dualismo aparece na presença de economias avançadas (desenvolvidas) ao lado de economias atrasadas (subdesenvolvidas). Os países centrais, que integram o bloco das economias avançadas, exportam capitais para aqueles países em que ainda exista excedente de mão-de-obra a salários de subsistência. Tal fato garante a expansão do setor capitalista, que, caso contrário, ver-se-ia estrangulado, no nível das fronteiras internas.

Em síntese, a condição fundamental para a expansão do modelo, permanece: a existência de um setor de subsistência, com mão-de-obra disponível, o qual garante a natural exportação de capitais, originados no setor capitalista. A exportação de capitais, ao promover a difusão tecnológica para as economias atrasadas, garantiria, no modelo, a passagem dos países subdesenvolvidos para a categoria de desenvolvidos. Na análise, o subdesenvolvimento aparece como uma fase mais ou menos demorada, porém sempre transitória. Tal posição poderia ser superada com maior rapidez, se a economia atrasada se nortearse pelos mesmos padrões de desenvolvimento dos países centrais. No entanto, a persistência "paralela" de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e o crescente agravamento das desigualdades que os separam, emergem como uma grande incógnita que espera alguma explicação lógica, dentro do quadro analítico do modelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembrar a "ilusão" dos modelos de crescimento econômico, como são os de Rostow e o de Lewis, que tão fortemente caracterizaram toda uma corrente de pensamento desenvolvimentista nas décadas

de 60 e 70, adquire a força de uma advertência, à luz da realidade atual.

Vale a pena deter-se um momento a pensar, onde reside o paradoxo que aparece como uma "brecha inexplicável" entre as previsões teóricas dos modelos, e os rumos percorridos pelas distintas "estruturas sociais", em nível mundial.

Os dois modelos analisados têm em comum, inserir-se no marco geral de uma teoria que analisa, unilateralmente, o desenvolvimento econômico partindo, apenas, do ponto de vista dos "aspectos técnicos do capital". Esses modelos não levam em conta as especificidades históricas das distintas "estruturas sociais", não interligando o desenvolvimento técnico do capital, à realidade na qual ele atua. Como consequência, nessa lógica nada impede que o estágio de subdesenvolvimento possa ser superado, ao longo de uma série de etapas. Etapas essas nas quais a presença técnica do capital atua como eixo dinâmico. A esse respeito, afirma Rostow: "o processo de crescimento pode ser encarado como desenvolvendo-se num intervalo de tempo relativamente breve de duas ou três décadas, durante as quais a economia e a sociedade de que faz parte se transformam de tal modo que o crescimento econômico se torna, subsequentemente, mais ou menos automático" (Rostow, 1969, p.159).

Por outro lado, percebe-se que esse tipo de abordagem passa por uma concepção dualista da economia, coexistindo, lado a lado, economias avançadas e atrasadas. Estas últimas em estágio de subdesenvolvimento, entendido enquanto fenômeno de natureza tecnológica. Em outros termos, os distintos estágios em que se encontram as sociedades seriam consequência de simples desequilíbrios tecnológicos.

Essa visão de subdesenvolvimento é formulada em função da relação países avançados/países atrasados, sem que sejam feitas as mediações históricas necessárias para que se chegue ao significado pleno de tal conceito. São enfatizadas apenas relações externas. Não se busca as demais condições que essas relações envolvem. Não são levadas em conta, de um lado, as determinações gerais do capitalismo e, de outro, os determinantes de sua historicidade. Em função dessa análise limitada, não se observa a preocupação em complementar a abordagem analítica do desenvolvimento econômico com sua contradição interna e seus efeitos, só passíveis de serem apreendidos no âmbito da contradição original capital/trabalho. Como consequência dessa lógica, o conceito de divisão social do trabalho sequer é mencionado. No entanto, qualquer análise que envolva, de alguma forma, a classe capitalista e seu comportamento, *vis-à-vis*, as decisões de investimento, deve pressupor esse conceito.

Os modelos aqui revisitados, como qualquer outra análise que parta, exclusivamente, da formação técnica do capital, não conseguem ser suficientemente abrangentes para apreender o fundamento básico em que se assenta o desenvolvimento capitalista.

As proposições dessas abordagens não respondem a indagação fundamental: como efetivamente se dá a evolução da sociedade tradicional para a maturidade industrial? Possivelmente, a resposta deva ser buscada em outras leituras que tragam à discussão questões cruciais envolvidas na formação e evolução do capitalismo e que tenham avançado no que se refere à questão do desenvolvimento, deixando claras todas as variáveis econômicas e sociais intrínsecas a esse conceito.

BIBLIOGRAFIA

- FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, SP, Companhia Editora Nacional, 1977
- LEWIS, A.W. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-Obra, in: ARGAWALA, A.N. & SINGH, E.S *A Economia do Desenvolvimento*, R.J., Forense, 1969.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso B. *Considerações Sobre a formação do Capitalismo, Campinas*, IE/UNICAMP, 1977 (Dissertação de Mestrado).
- ROSTOW, W.W. A Decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado, in: ARGAWALA, A.N. & SINGH, E.S. op.cit
- ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*, SP.,ATLAS, 1971